



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

ANA CAROLINA GODINHO DOS REIS

O Ensino Primário em Campinas durante a Primeira Era Vargas

CAMPINAS 2011

ANA CAROLINA GODINHOS DOS REIS

O Ensino Primário em Campinas durante a Primeira Era Vargas

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como exigência parcial do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob a orientação do Professor Doutor José Claudinei Lombardi.

CAMPINAS 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
Rosemary Passos – CRB-8ª/5751

R277e Reis, Ana Carolina Godinho dos Reis.
Ensino primário em Campinas durante a primeira era
Vargas / Ana Carolina Godinho dos Reis. – Campinas,
SP: [s.n.], 2011.

Orientador: José Claudinei Lombardi.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) –
Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de
Educação.

1. História da Educação. 2. Ensino primário –
Campinas (SP). 3. Ensino primário – Brasil – 1930-1945.
I. Lombardi, José Claudinei. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

11-128-BFE

À minha querida avó Maria Aparecida, que possibilitou minha chegada até aqui e à memória de meu avô Norival, que se orgulharia de mais essa conquista na minha vida.

Agradecimentos

Agradeço à minha família: mãe, tias (Claudia, Karen e Magali), irmãos e primas pelo apoio constante que me foi oferecido e essencial para a conclusão desta etapa.

À Lalo Watanabe Minto por ter aceitado o desafio de revisar este trabalho as pressas.

Aos funcionários do Centro de Memória da Unicamp e da Câmara Municipal de Campinas por me auxiliarem na localização dos documentos necessários para o desenvolvimento da pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos!

Índice:

Introdução _____	1
1 - A primeira Era Vargas: contexto político e sócio econômico do Brasil no período (1930 – 1945) _____	7
2 - A educação brasileira na Primeira Era Vargas (1930 – 1945)_	16
2.1 – As políticas educacionais do Governo Vargas _____	20
2.2 - As lei Orgânicas do Ensino _____	24
3 – O município de Campinas: contexto político e sócio econômico no período de 1930 a 1945_____	30
4 - A educação no município de Campinas _____	34
4.1 – O que a imprensa divulgava a respeito da educação em Campinas _____	48
5 - Considerações finais _____	50
8 - Referências Bibliográficas _____	58

Introdução

Esse trabalho dedica-se a estudar o ensino elementar no município de Campinas durante o período da Primeira Era Vargas (1930 – 1945). A partir das leituras, como livros, dissertações e Atas da Câmara Municipal de Campinas, a política de Vargas no período era centralizada, com um início de industrialização a partir do Estado Novo e políticas de ensino voltadas principalmente ao ensino profissionalizante. Além disso, nesse período histórico registram-se as primeiras iniciativas públicas preocupadas com a educação, ocorrendo inclusive um financiamento da mesma por parte do Estado.

O ensino primário, desde que foi implantado e se tornou responsabilidade do poder público, sofreu inúmeras alterações. As alterações sofridas decorrem das transformações ocorridas na sociedade, principalmente no âmbito políticas quais refletem diretamente na educação pública, pois esta resulta principalmente das políticas econômicas. Essas transformações são geradas a partir do momento em que o capitalismo se consolida e se expande na sua forma industrial no Brasil e por esta razão a preocupação em formar trabalhadores. Segundo MORAES (2000) o capitalismo no Brasil teve uma particularidade, pois se desenvolveu a partir da propriedade rural. Ou seja, os lucros obtidos com a propriedade rural foram responsáveis por industrializar o país; outra marca da entrada do capitalismo no Brasil é que aqui não passamos pela fase manufatureira como havia ocorrido em países que se industrializaram mais cedo.

Centramos nossa análise no município de Campinas, onde o ensino primário passou a ser difundido no final do século XIX, tendo sua primeira grande mudança ainda neste período e no início do século XX, com a transformação das escolas primárias em Grupos Escolares.

Estudar estes Grupos significa avaliar um projeto de modernização para um sistema educacional que se anunciava. De acordo com GODOI (2009) os Grupos Escolares iniciaram um processo de construção de escolas e abertura de novas vagas para o ensino primário. Nesse novo projeto educativo, a escola passou a ser graduada e teve início a classificação dos alunos de acordo com seu nível de aprendizado. Segundo SOUZA (2006), a graduação escolar e classificação dos alunos por aprendizado sobrepujam o grupo ao sujeito. Era o ensino simultâneo (ensino voltado a um grupo de alunos) que começou a ganhar seu espaço na educação brasileira.

O primeiro Grupo Escolar do Brasil foi construído em 1893, em São Paulo. Vários outros Grupos Escolares indicando a tentativa de modernização da educação. Na prática, os Grupos Escolares, se formam a partir da reunião das escolas isoladas existentes em algumas regiões.

Como este estudo tem como objetivo investigar a legislação educacional implementada em Campinas a partir da década de 30, utilizou-se como metodologia a pesquisa de dados oficiais, como as Atas da Câmara Municipal de Campinas.

A pesquisa sobre as leis educacionais implementadas no município de Campinas, surgiu a partir de um questionamento feito sobre como se constituiu o sistema público municipal de ensino. A partir deste questionamento inicial em

órgãos oficiais como a Biblioteca da Câmara Municipal de Campinas, onde se encontram as Atas de todas as reuniões dos vereadores.

Para desenvolver essa pesquisa, primeiramente analisamos o contexto político e econômico do Brasil desde a década de 30, até 1945. A análise foi realizada com base nas determinações da economia e nas políticas públicas para a educação no interior do modo de produção capitalista. Foi após a introdução do sistema capitalista no que Brasil tivemos a constituição dos Grupos Escolares e com estes, surgiu segundo SOUZA & FARIA FILHO (2005), a divisão do trabalho pedagógico.

De acordo com GODOI (2009), os Grupos Escolares surgiram durante a Primeira Reforma de Instrução Pública Paulista (1892-1896), o que representava uma melhoria no sistema educacional vigente, principalmente com a participação do poder público em seu oferecimento. Através da Lei no. 88 de setembro de 1892, o ensino primário paulista se tornou obrigatório para crianças a partir de 7 anos (CUNHA, 1981). Essas mudanças educacionais influíram na sociedade da época, assim como estava aliada ao contexto sócio-econômico que o município vivia *dessa maneira, a história dos Grupos se confunde com a história do ensino primário e está no centro do processo de institucionalização da escola pública.* (SOUZA & FARIA FILHO, 2005, p. 70)¹. Ainda de acordo com GODOI (2009) p. 95, “(...) Os Grupos Escolares constituíram-se como importantes centros de difusão de cultura e de uma nova ordenação social: a civilização das massas e a modernização da sociedade, ocasionando mudanças significativas no ensino primário.”

¹ SOUZA, Rosa Fátima. FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP. Mercado das Letras, 2006.

Segundo SOUZA & FARIA FILHO² a constituição dos Grupos Escolares acompanhou o desenvolvimento urbano e assim atingiu parte das camadas populares. Logo, estes grupos representavam a modernidade através da graduação escolar que apareceria pela primeira vez nestes grupos, construções escolares próprias, mobiliário escolar próprio, materiais didáticos e expansão de vagas.

De acordo com SOUZA (1999), o primeiro grupo escolar instalado na cidade de Campinas foi o Francisco Glicério que começou a atuar em 1897, com 401 alunos matriculados, sendo que destes, 216 eram matriculados na seção masculina e 185 na feminina. Neste período, como se sabe, as salas de aula eram divididas por sexo e até a entrada na escola ocorria por portas diferentes.

Desde o início, os principais problemas enfrentados pelos Grupos Escolares foram os da falta de vagas nas escolas e das salas superlotadas. Como tentativa de resolver essa questão foram criadas as escolas isoladas nos bairros, ainda assim o problema persistiu de modo que não se pode afirmar que a criação dos Grupos Escolares foi suficiente para suprir a demanda por vagas na escola.

Em 1912, Campinas possuía 43 escolas isoladas, com um total de 2507 alunos matriculados. Havia outros 17 Grupos Escolares que concentravam 836 alunos. A partir de 1920, novos Grupos Escolares foram criados na região central da cidade de Campinas com o objetivo de suprir a demanda por vagas.

Ao pesquisar sobre as leis educacionais implementadas no município de Campinas, também foi feita uma análise do contexto deste município a partir da

² *Op. Cit.*

década de 30. Esta pesquisa teve como objetivo saber como política e economia locais interferiram na implantação das leis educacionais. Para colher esses dados foi utilizada como metodologia principal a revisão bibliográfica, numa pesquisa com base em livros e teses publicados sobre o município de Campinas e sobre o desenvolvimento do ensino elementar no mesmo.

Posteriormente foi utilizada a análise de documentos³ históricos da época, como leis, artigos de jornais, o que foi central para este estudo.

Em resumo, as fontes utilizadas para o desenvolvimento da pesquisa foram fontes primárias (leis que se encontram em Atas da Câmara Municipal) e secundárias, encontradas em notícias sobre a legislação educacional publicadas pelo jornal Correio Popular nos anos já citados, encontradas no Centro de Memória da Unicamp.

No primeiro capítulo falaremos sobre analisaremos o contexto político-econômico do Brasil durante a era Vargas, sendo estes responsáveis pelo formato educacional que tivemos.

. No segundo capítulo analisaremos a educação tanto no município escolhido para estudo quanto no Brasil durante a primeira era Vargas. Já no terceiro capítulo analisaremos a educação brasileira na primeira Era Vargas, quais foram as leis implantadas e o que elas representaram para a educação pública. No quarto capítulo estudaremos as chamadas Leis Orgânicas, criadas durante o Estado Novo pelo Ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema e implementadas entre 1942 e 1946. No quinto capítulo o município de Campinas e seus aspectos político-econômicos desenvolvidos no período

³ De acordo com CALADO & FERREIRA (2005), podemos entender como dados, uma informação sobre a realidade e documentos como impressões físicas deixadas. Este processo consiste em duas etapas, a primeira é o recolhimento dos dados e a segunda a análise dos mesmos.

de 1930 e 1945, o qual denominamos “primeira Era Vargas”⁴. Será apresentada de forma resumida a história do município e também será analisada a estrutura econômica do mesmo

⁴ Denominação dada pela autora.

1 - A primeira Era Vargas: contexto político e sócio econômico do Brasil no período de 1930 a 1945

A partir de 1930, o cenário político brasileiro passou por uma grande transformação. O período antecedente, conhecido como Primeira República ou República Velha foi marcado pela troca de poder da presidência entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, política que ficou conhecida como “café com leite” ou “política dos governadores”. Esse período é também caracterizado influência dos proprietários de terras, latifundiários que detinham não só o poder econômico, mas também político nas regiões menos urbanizadas.

(...)Assim, o coronelismo implica um compromisso, uma troca de favores entre um poder entre um público favorecido e a influência social de decadentes proprietários de terra que ainda operam como chefes em suas localidades. (SAVIANI, 2008, p. 189)

Durante o período da Primeira República a economia do país era baseada na produção de produtos agrícolas como cacau, borracha, algodão e café. (CUNHA, 1981, 36). Esses produtos abasteciam tanto o setor interno como o externo através de suas exportações, sendo que o produto que mais se destacava o café. São Paulo e Minas Gerais eram estados que se destacavam economicamente por serem grandes produtores dos grãos de café.

O plantio de café no Brasil e suas exportações tiveram um alto alcance e contribuíram muito para o desenvolvimento econômico do país. No início do século XX, o plantio era tão intenso que foi possível estocar sacos de café para garantir a oferta brasileira do produto. A estocagem do café, também só foi

possível através de auxílio do capital estrangeiro para que o preço do produto fosse mantido.

A industrialização do país começou a se desenvolver a partir da I Guerra Mundial. Entretanto, não há como comparar a economia proveniente da industrialização com a economia proveniente do café, que até então era muito superior que a primeira. A mão de obra utilizada na indústria provinha do meio rural e de emigrantes europeus, que vieram para o Brasil fugindo da guerra que assolava seus países e com a promessa de ganharem terra para viver.

Em 1929 houve a quebra da bolsa de Nova York, com isso a economia de muitos países caiu, enfraquecendo-os economicamente. (HOBSEBORN, 1995). A crise de 29 teve efeitos também na indústria e resultou numa alta taxa de desemprego. Em meio a essa crise econômica que se instalava, Vargas através da Aliança Liberal deu o golpe que o tornou presidente da República.

Como forma de auxiliar os cafeicultores que contavam com uma alta estocagem do produto e a falta de escoamento por conta da crise de 1929, houve a queima de parte do estoque de café que possuíam e com isso o preço final do produto não sofreria alteração.

(...) O Brasil tornou-se símbolo de desperdício do capitalismo e da seriedade da Depressão, pois seus cafeicultores tentaram em desespero impedir o colapso dos preços queimando café em vez de carvão em suas locomotivas. (HOBSEBORN, 1995, p 97)

Essa medida foi tomada após consentimento e apoio por parte do governo federal. Como podemos perceber, neste período a industrialização não era uma das principais preocupações do governo Vargas, mas este assunto também não era completamente deixado de lado pelo mesmo, como podemos ver em FAUSTO (1970):

Se o desenvolvimento industrial não foi o objetivo da prática política de Vargas, entre 1930-1937, isto não significa que o Estado tenha adotado uma linha contrária aos interesses da burguesia industrial. Do ponto de vista político, alguns elementos do setor obtiveram postos de comando de importância variável (...); no plano econômico, as próprias preocupações pelo equilíbrio financeiro e a necessidade de restringir importações conduziram a incentivos em algumas áreas, especialmente da indústria extrativa e do agro-indústria. (FAUSTO, 1970, p. 49)

Em 1929 uma crise econômica repercutiu no mundo todo. No Brasil os efeitos dessa crise atingiram os produtores de café que descontentes lançaram Vargas como candidato à presidência da República. A crise de 29 teve efeitos também na indústria e resultou numa alta taxa de desemprego. Em meio a essa crise econômica que se instalava, Vargas através da Aliança Liberal deu o golpe que o tornou presidente da República.

Já para conter a insatisfação do operariado, foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, houve a regulamentação da jornada de trabalho, do trabalho feminino e de menores e dos sindicatos, sendo que estes tinham uma aliança com o governo. Com essas medidas buscava-se obter um alcance social, definir as relações entre patrões e empregados e tentar afastar dos trabalhadores idéias anarquistas e comunistas.

Com a Segunda Guerra Mundial, o mercado interno teve um aumento e este incentivou a industrialização do país, visto que a exportação de produtos primários tornou-se impossível. O maquinário utilizado nas indústrias brasileiras foi proveniente de equipamentos de segunda mão das indústrias fabris dos Estados Unidos que declararam falência com a depressão de 29. Dessa forma, a economia nacional voltou a subir e o país teve uma rápida recuperação da crise:

As decisões sobre a política econômica centralizavam-se em ritmo crescente. Inúmeros órgãos setoriais foram criados neste período, visando a um controle mais incisivo da economia nacional. Os efeitos da crise de 1929 impunham um comando centralizado. (CUNHA, 1981, 42)

Com o sentido de centralizar a economia foram criados alguns órgãos com vistas a auxiliarem o controle do governo sobre os setores econômicos do país. Neste sentido foram criados entre 1933 e 1934 o Conselho Nacional do Café, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Código de Águas e Código de Minas, Conselho Federal do Comércio Exterior, Comissão de Usuras e Comissão de Similares.

A política intervencionista do governo ocorreria com maior vigor no plano econômico e social. No período compreendido entre 1930 e 1937, as ações centralizadoras na área econômica e social são ditadas quase sempre por circunstâncias e eventos casuísticos, não fazendo parte de um plano global.⁵

Foram criados em 1938, o Conselho Nacional do Petróleo, em 1939 foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energias e o Conselho Federal de Comércio Exterior. No ano de 1940 foi criado o Conselho Nacional de Minas e Metalurgia. Em 1941, através de um empréstimo norte americano começa a ser construída a Usina de Volta Redonda, uma usina siderúrgica que começou a produzir energia em 1947. Em 1942 foi criada a Coordenação de Mobilização Econômica, com o objetivo de controlar a economia do país.

Assim foi o desenvolvimento econômico do Brasil na década de 30, desenvolvimento que passou pela fase rural, chegando a fase industrial, com a

construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, que contou com forte investimento interno e externo, proveniente dos Estados Unidos.

Os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul estavam insatisfeitos com esse tipo de política de troca de poder entre São Paulo e Minas Gerais, e com a hegemonia econômica de São Paulo, formaram a Aliança Liberal e lançaram através dela a candidatura de Getúlio Vargas à presidência. De acordo com FAUSTO (1970, p. 48) a Aliança Liberal foi um acordo que não apresentava quaisquer relações com programas industriais e tão pouco apresentava fortes relações com programas rurais. Esta organização por sua vez, vinculava-se às promessas feitas aos operários, como férias e salário mínimo e também possuía relação com a siderurgia, mas no âmbito de segurança nacional e não econômico.

Ao fim do processo eleitoral entre o paulista Julio Prestes e Getúlio Vargas, a vitória foi dada a Julio Prestes. Porém Vargas saiu insatisfeito com o resultado e após o assassinato de seu vice, organizou uma revolta que o levou ao poder em 3 de outubro de 1930.

As forças que levaram Vargas ao poder em 1930 eram heterogêneas, não possuindo um ideário comum. Essa coalizão de grupos heterogêneos que fizeram a revolução, explica em partes as oscilações do comportamento de Getúlio, que para sustentar-se no poder teve que fazer concessões a todas elas, em grau diretamente proporcional às contribuições que cada uma poderia dar para a manutenção de sua liderança.⁶

Os grupos que apoiaram a revolta que levou Vargas ao poder eram formados por constitucionalistas e nacionalistas. Os primeiros eram formados por militares superiores, plantadores de café e parte da elite que queria o poder. Esse grupo defendiam um governo liberal, eleições livres e liberdades

⁶ Cunha, op cit. P. 24

civis. Já os segundos eram compostos pelos tenentistas e defendia a nacionalização dos bancos, a extinção dos latifúndios, a redução da jornada de trabalho, o salário mínimo e a centralização do governo.

A participação destes grupos na Revolução de 30 refletiu no desenvolvimento das políticas que seriam implantadas no país, pois cada grupo queria que seus interesses fossem atendidos. Dessa forma, Vargas tinha que conciliar os interesses de todos os grupos nas políticas que estavam sendo estabelecidas para o país. De acordo com SODRÉ (1979), esta revolução teve como principal característica, sua partida da periferia do país para o centro. O que mostra que os estados que estavam a parte da disputa de poder, a partir de então entravam nessa disputa com o objetivo de ganhar e mudar a política brasileira.

Assim que assumiu o poder, a primeira providência tomada por Getúlio Vargas foi lançar um decreto que institucionalizava seu poder em todas as esferas e que dissolvia as Assembléias Legislativas Estaduais, Congresso Nacional e as Câmaras Municipais. Essa decisão resultou em divergências entre os grupos que levaram o presidente ao poder, culminando com o rompimento dos constitucionalistas. Já que esta atitude de Vargas era um tanto quanto centralizadora. Esses formaram a Frente Única, grupo contrário ao governo Vargas. Enquanto isso no Rio Grande do Sul outro movimento de oposição ao governo se formava.

Até este momento Vargas havia tentado atender às exigências de todos os grupos envolvidos no processo que o levou ao poder. A insatisfação com o autoritarismo de Vargas levou, em 1932, à chamada Revolução Constitucionalista, fomentada pelos cafeicultores paulistas.

Em 1934 foi outorgada uma nova Constituição, na qual Getúlio Vargas é eleito presidente da República até 1938, quando haveria eleições para a presidência. Além disso, essa Constituição determinava o voto feminino, representação de classes no congresso e leis sociais, como salário mínimo e legalização de sindicatos. As leis trabalhistas instituídas por este governo deram início à chamada política “populista”, em que o presidente governava para as massas em troca de apoio político. (HOBBSAWN, 1995) Essa constituição atendia aos interesses dos constitucionalistas e nacionalistas, deixando evidente a tentativa do presidente em atender os grupos que o levaram ao poder. (CUNHA, 1981, p. 27).

Com as discussões sobre o comunismo em vários países, formou-se no Brasil em 1924 o Partido Comunista, que por sua vez criou um movimento chamado Aliança Nacional Libertadora (ANL). Esse movimento tinha como principais objetivos o fim dos latifúndios, a nacionalização de empresas e o não pagamento da dívida externa. Neste período surge também um movimento de caráter fascista, os Integralistas. Como forma de tentar conter a oposição que se instalava pelo país, Getúlio Vargas cria a Lei de Segurança Nacional. Reprimindo assim seus opositores.

Em 1937 o governo Vargas anunciou ter descoberto um plano comunista e com essa suposta ameaça, deu um Golpe de Estado que pôs fim às eleições que ocorreriam no ano seguinte. Mais tarde descobriu-se que o plano comunista era falso e teria sido elaborado pelo próprio governo de Getúlio Vargas e ficou conhecido como Plano Cohen. Assim teve início o período conhecido como Estado Novo, o qual contou com o apoio da burguesia industrial, dos militares e dos trabalhadores.

(...) O povo o admirava, afinal, seu governo era autoritário, mas nacionalista. Ocupou integralmente um imenso espaço vazio, representado pela classe dos desprotegidos – operários, homens do campo, pequena burguesia, que durante a República Velha tinham sido totalmente esquecidos. (CUNHA, 1981, 91)

Neste período, os estados perderam sua autonomia e o poder estava fortemente centralizado nas mãos de Getúlio Vargas. Os partidos políticos foram extintos e as forças armadas tinham como papel, apoiar a nova ordem política que se instalava no país. Além disso, muito da admiração popular por Vargas era resultado do trabalho do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão responsável por cuidar da imagem do presidente.

Em 1943 com a II Guerra Mundial acontecendo, após assumir uma posição de neutralidade, o Brasil entra em cena ao lado dos aliados, que tinha como líder os Estados Unidos. A entrada do Brasil na Guerra foi resultado de clamor popular, liderado principalmente pela União Nacional dos Estudantes (UNE). Com a premente vitória dos aliados na II Guerra Mundial, e a polarização burguesa norte-americana e o socialismo soviético. Assim a ditadura varguista foi perdendo apoio por seu caráter antidemocrático diante das necessidades de aliança econômica para o Brasil.

Com a II Guerra Mundial ocorrendo em defesa da democracia, os governos autoritários passaram a enfrentar problemas com a oposição. No Brasil a partir de 1943, os movimentos contrários ao governo começaram a ganhar destaque. Dentre os vários movimentos oposicionistas que se instalavam pelo país, vale destacar um movimento articulado em Minas Gerais formado por lideranças civis e liberais do estado, conhecido como *Manifesto*

dos Mineiros. Este movimento, como os demais que se opunham ao governo, foi duramente reprimido.

Com a perspectiva de abertura política e as eleições para a presidência e estados prevista para 1946, os partidos políticos voltaram a se organizar dentro da legalidade. Havia possibilidade de o presidente se candidatar novamente à presidência, mas tal proposta foi descartada pelo mesmo. Com a premente abertura política, os partidos políticos voltaram a se formar, como a União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Sendo que este último era formado pela base governista de Vargas.

Com a proximidade das eleições, começa a ser articulado um movimento conspiratório encabeçado pelos militares e as áreas políticas conservadoras depuseram o então presidente Vargas. Em 29 de outubro de 1945 o Alto Comando do Exército depôs Getúlio Vargas do poder, assumindo o cargo o presidente do Supremo Tribunal Federal, que o transmitiu no ano seguinte ao candidato vitorioso nas eleições Eurico Dutra e assim teve fim o período conhecido como Estado Novo.

2 - A educação brasileira na Primeira Era Vargas (1930-1945)

Neste período a educação brasileira também passou por transformações jamais ocorridas nos períodos anteriores. Se antes a educação não era vista como um problema social e de Estado, a partir do governo Vargas esse quadro muda de figura.

As principais reformas, projetos ocorridos no Brasil em âmbito federal e estadual são:

Reformas e projetos ocorridos em âmbito estadual	
1921	Conferência Interestadual do Ensino Primário;
1922	Reforma de Sampaio Dória no Ceará
1924	Reforma de Anísio Teixeira na Bahia
1927	Reforma Fernando de Azevedo no Distrito Federal;
1927	Reforma Mario Casassanta em Minas Gerais

Reformas e projetos criados em âmbito federal	
1922	Projeto de Fidélis Reis de regulamentar o curso profissional no ensino secundário e torná-lo pré-

	requisito para o curso superior
1924	Heitor Lira cria a Associação Brasileira de Educação
1925	Governo Federal implementa mudanças sob o comando de João Luis Alves. Dentre as principais mudanças foi a entrada do Governo Federal no combate ao analfabetismo, as escolas deveriam atuar em regime secundário e reorganizou o ensino superior

Uma das primeiras tarefas de Getúlio Vargas no cenário educacional foi a criação do Ministério da Educação e Saúde, em 1931, cujo ministro denominado foi Francisco Campos, que já havia tido experiência no Estado de Minas Gerais, onde implementou mudanças no ensino secundário, comercial e superior, deixando o ensino primário sem grandes transformações (CUNHA, 1991, MORAES, 2000). Como podemos ver, em vez de dar atenção ao ensino primário, o governo mostrava interesse maior na educação profissional, dando apoio para construção de novas escolas, pois está era uma forma de atender ao mercado capitalista que se inseria no Brasil, através da mão de obra qualificada e barata. De acordo com MORAES (2000 p. 221) Francisco Campos acreditava que a reforma social estava interligada à reforma educacional, por este motivo, enquanto Ministro da Educação e Saúde lançou

os seguintes decretos, que ficaram conhecidos como Reforma Francisco Campos:

1. Decreto no. 19.851, de 11 de abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação;
2. Decreto no. 19.850, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotou o regime universitário;
3. Decreto no. 19.852, de 11 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro;
4. Decreto no. 18.980, de 18 de abril de 1931, que dispôs sobre a organização do ensino secundário;
5. Decreto no. 19.941, de 30 de abril de 1931, que instituiu o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas do país;
6. Decreto no. 20.158, de 30 de junho de 1931, que organizou o ensino comercial e regulamentou a profissão de contador;
7. Decreto no. 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Uma curiosidade a respeito da reforma acima é sobre a composição do Conselho Nacional de Educação, no qual os representantes do ensino primário estavam excluídos de participarem. (MORAES, 2000 p. 223). Além disso, para a autora esse nível de ensino era voltado para a formação do cidadão trabalhador disciplinado e com caráter moldado para melhor convivência humana, enquanto a Universidade era destinada à elite.

Ainda em 1931 realizou-se a IV Conferência Nacional de Educadores, organizada pela Associação Brasileira de Educação (ABE). A conferência se destacou pelo pedido que o presidente e ministro fizeram aos educadores de que sugerissem orientações para o ensino primário.(CARVALHO, 2000) Com esse pedido, os participantes compreenderam que o governo federal não havia formulado um programa para este nível de ensino. Os participantes atenderam ao pedido e Fernando de Azevedo ficou encarregado de escrever um documento com as propostas de política para o ensino primário. As discussões

desse documento deram origem ao Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que veremos mais adiante.

Como ministro, Francisco Campos empreendeu uma ampla reforma no ensino secundário, ampliando-o para sete anos de duração. Desses, durante cinco anos haveria um currículo comum e a partir do sexto ano era permitido que os alunos escolhessem uma área de interesse (exatas, humanas e biológicas). Esse tipo de curso secundário deveria servir como uma preparação para o curso superior. No ensino superior foi criado um estatuto para implementação de novas universidades. De acordo com este estatuto para que uma universidade fosse aberta, era necessário haver um curso de cada área (humanas, biológicas e exatas) e a universidade deveria se estender à comunidade. Além disso, nesse período houve a criação Conselho Nacional de Educação, em 1931, ainda neste ano houve a organização do ensino superior e organização da Universidade do Rio de Janeiro, organização do ensino secundário, ensino comercial e regulamentação da profissão de contador.

Nesse período também foram criadas importantes mudanças nos estados, como a Reforma Lourenço Filho, ocorrida no Ceará em 1930, na qual houve reformulação do ensino normal e profissional, implantou classes seletivas e criou a Biblioteca Central. No Distrito Federal houve a Reforma de Anísio Teixeira, entre os anos 1932 e 1935. Nesta reforma houve a criação de órgão técnico de planejamento e orientação de ensino, foi criado o Instituto de Pesquisas Educacionais, a escola normal foi transformada em Instituto Superior, reorganizou o ensino primário, criou a universidade do Distrito Federal e baixou o Código de Educação do Estado. (ROMANELLI, 1981, p. 135)

2.1 - As políticas educacionais do governo Vargas

A partir de 1930 surgem as principais reformas educacionais, lideradas pelos ministros da educação Francisco Campos (1930-1932) e Gustavo Capanema (1934-1945), e significativas contribuições educacionais para a Constituições de 1934, 1937 e 1946.

Gustavo Capanema foi ministro da Educação e Saúde entre 1937 e 1945. Sua contribuição para a consolidação da educação pública brasileira foi significativa. Durante o período em que esteve no ministério, Capanema foi responsável por elaborar as Leis Orgânicas do Ensino, que abrangia os níveis primário, secundário, profissional, normal e superior. Capanema foi o primeiro ministro de educação do Brasil a se preocupar com o ensino primário e criar leis, que só seriam aprovadas em 1946, durante o governo Dutra, mas teriam efeitos expressivos neste nível de ensino.

No período Capanema, foi aprovado o Decreto-Lei no. 4958, que estabelecia pela primeira vez na história do Brasil, o dever do governo em financiar o ensino primário. Esse Decreto, previa inclusive, a criação do Fundo Nacional de Educação Primária, que deveria atuar como um auxiliar aos estados no financiamento da educação primária, cuja fonte de renda seria proveniente de tributos federais.

A Lei Orgânica do Ensino Primário também estabelecia a autonomia dos estados para administrar suas escolas, que atenderiam crianças de 7 a 12 anos, devendo ser divididas em: escolas isoladas (uma turma), escolas

reunidas (duas a quatro turmas), grupo escolar (mais de cinco turmas) e escolas supletivas. (CUNHA, 1981, ROMANELLI, 1991, RIBEIRO, 2000).

Um movimento que se desenvolveu neste período e também teve contribuições para a educação foi o Escolanovismo. O Movimento da Escola Nova se consolidou após as discussões da IV Conferência Nacional de Educação, na qual Vargas e o Ministro da Educação e Saúde solicitaram aos participantes do evento que fizessem um Plano Nacional de Educação. Com a recusa dos participantes, Lourenço Filho se encarregou de escrever um documento sobre essa situação e desse documento surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova. Os pioneiros travaram uma luta com os católicos, defensores da escola tradicional e do ensino religioso. Essa luta se intensificou nas discussões para definir a Constituição de 1934. (SAVIANI, 2007; CUNHA, 1981; ROMANELLI, 1991) Liderado pelos principais nomes ligados à educação no Brasil, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho.

Esse movimento continha idéias liberais inspiradas nos Estados Unidos e na Europa. O Manifesto da Escola Nova, em 1932, uma escola laica, pública e igual para todos:

“c) A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação

A laicidade, gratuidade, obrigatoriedade e coeducação são outros tantos princípios em que assenta a escola unificada e que decorrem tanto da subordinação à finalidade biológica da educação de todos os fins particulares e parciais (de classes, grupos ou crenças), como do reconhecimento do direito biológico que cada ser humano tem à educação. A laicidade, que coloca o ambiente escolar acima de crenças e disputas religiosas, alheio a todo o dogmatismo sectário, subtrai o educando, respeitando-lhe a integridade da personalidade em formação, à pressão perturbadora da escola quando utilizada como instrumento de propaganda de seitas e doutrinas. A gratuidade extensiva a todas as instituições oficiais de educação é um princípio igualitário que torna a educação, em qualquer de seus graus, acessível não a uma minoria, por um privilégio econômico, mas a todos os cidadãos que tenham vontade e estejam em condições de recebê-la. Aliás o Estado não pode tornar o ensino obrigatório, sem torná-lo gratuito. A obrigatoriedade que, por falta de escolas, ainda não passou do papel, nem em relação ao ensino primário, e se deve estender progressivamente até uma idade conciliável com o trabalho

produtor, isto é, até aos 18 anos, é mais necessária ainda "na sociedade moderna em que o industrialismo e o desejo de exploração humana sacrificam e violentam a criança e o jovem", cuja educação é freqüentemente impedida ou mutilada pela ignorância dos pais ou responsáveis e pelas contingências econômicas. A escola unificada não permite ainda, entre alunos de um e outro sexo outras separações que não sejam as que aconselham as suas aptidões psicológicas e profissionais, estabelecendo em todas as instituições "a educação em comum" ou coeducação, que, pondo-os no mesmo pé de igualdade e envolvendo todo o processo educacional, torna mais econômica a organização da obra escolar e mais fácil a sua graduação. (Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova)

Além disso, de acordo com SAVIANI (2007), esse movimento previa a reconstituição do sistema público de ensino, era favorável ao trabalho em grupo para desenvolver o indivíduo e pretendia formar um sistema de ensino articulado. CARVALHO (2000), por outro lado, nos diz que na dualidade escola tradicional e escola moderna ainda permanecia o objetivo de controlar, homogeneizar, integrar e hierarquizar a sociedade.

Esta luta foi intensificada durante as discussões sobre a Constituição de 1934, que acabou atendendo mais aos interesses católicos do que, pois tornou o ensino religioso facultativo. Os escolanovistas, por sua vez, continuaram influenciando algumas políticas educacionais que surgiram após essa constituição. O movimento da Escola Nova deve sempre ser lembrado como o primeiro movimento que buscava formar uma educação nacional igualitária, mesmo tendo ideais liberais.

Durante o governo Vargas, o sistema educacional brasileiro passou por uma expansão. Entretanto, de acordo com ROMANELLI (1991), essa expansão acompanhou as exigências do desenvolvimento econômico. Além de a indústria exigir profissionais mais qualificados, a população havia aumentado e as regiões mais industrializadas concentravam um maior número populacional e conseqüentemente a demanda por matrículas nas escolas era maior, porém,

mesmo com o aumento do número de escolas o número de vagas continuava a ser insuficiente, principalmente para as classes menos favorecidas.

Segundo HORTA (1994), Outra curiosidade do período foi a intervenção dos militares na educação através do ensino de Educação Física. Em um discurso proferido na Assembléia Nacional Constituinte, em 1933, Vargas defendia a participação dos militares no processo educativo e afirmava serem os militares capazes de levar a educação a lugares mais distantes. Com isso os militares objetivavam a difusão do nacionalismo e preparação para possíveis guerras. Neste ponto também era visível a opinião de Lourenço Filho, favorável a esse tipo de educação visando a segurança nacional. (HORTA, 1994, p. 46)

Em 1946, o Brasil voltava a viver sob o regime democrático e essa mudança foi marcada por uma nova Constituição, aprovada neste mesmo ano a qual estabelecia que a União deveria legislar sobre as Diretrizes e Bases da Educação e determinava a gratuidade do ensino público, que deveria ter um investimento de pelo menos 10% dos impostos da União e estados, enquanto Distrito Federal e municípios deveriam investir pelo menos 20% em educação.

2.2 – As lei Orgânicas do Ensino

Já durante o período do Estado Novo (1937-1945), tendo como Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema, foram empreendidas as Leis Orgânicas do Ensino que se dividia em Industrial, Secundário, Comercial, Primário, Normal, Agrícola e Ensino Superior.

A primeira Lei Orgânica foi a Industrial, promulgada em janeiro de 1942. Esta lei previa uma dimensão individual, empresarial e nacional da educação. Previa ainda a existência de cursos ordinários com formação profissional, cursos extraordinários que visava o aperfeiçoamento e os avulsos que visava a atualização dos profissionais. Para entrar nesse curso era necessário ter concluído o curso ginásial e aprovação no vestibular. Concluído o curso técnico, os alunos tinham vagas garantidas no ensino superior. De acordo com ROMANELLI (1991), o ensino técnico não oferecia uma preparação específica para o mercado de trabalho e servia mais como uma preparação para a universidade. Com o advento da II Guerra Mundial, esse nível de ensino teve ainda mais destaque, pois era necessário industrializar o país para garantir certos suprimentos e exportar outros.

Ainda em 1942, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, o SENAI, cujo objetivo era organizar e administrar o ensino industrial no país. O financiamento desse órgão era feito através do apoio das indústrias filiadas ao programa. Além disso, as indústrias “parceiras” deveriam empregar os aprendizes.

A segunda Lei Orgânica foi do Ensino Secundário, promulgada em abril de 1942. De acordo com o ministro Capanema, este curso tinha como objetivo oferecer uma cultura ampla, elevar a consciência patriótica e humanística.

Além disso, era destinado à formação dos dirigentes da nação, ou seja, era destinado à elite do país.

Esse tipo de escola secundária consagra o dualismo educacional. Visando preparar uma elite dirigente significa que os outros ramos de ensino deveriam preparar os dirigidos. (CUNHA, 1931, p. 128)

O ensino secundário era dividido em dois ciclos, o primeiro era chamado de ginásio e tinha duração de quatro anos, o segundo era dividido em duas modalidades: clássico e científico. Na prática essa divisão não apresentava grandes diferenças. Este nível de ensino era voltado às classes altas e havia poucos alunos matriculados e de classe menos favorecida, essa alta seletividade também pode ser representada pela quantidade de provas e exames contidos no curso, não restando tempo para que o estudante exercesse outra atividade além do estudo. (CUNHA, 1981, ROMANELLI, 1991)

A educação feminina era diferente da masculina. As mulheres tinham um ambiente de estudo exclusivo e o ensino levava em conta a “natureza feminina” da época, que era cuidar do lar. Para receber o certificado de conclusão de curso era necessário realizar um exame definido pelo Ministério da Educação.

A terceira Lei Orgânica refere-se ao Ensino Comercial, promulgada em dezembro de 1943, este curso era dividido em três modalidades: formação, continuação e aperfeiçoamento. Totalizando sete anos de duração do curso. Esse tipo escola possuía baixo financiamento público, por esta razão era oferecido em escolas particulares. Em 1946, foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), que funcionava e era financiado pelo comércio.

A quarta Lei Orgânica se refere ao Ensino Primário e apesar de ter sido elaborada durante a gestão de Gustavo Capanema como ministro da educação, esta lei só foi assinada em 1946. Podemos dizer que a maior conquista desta lei foi a participação do Estado no financiamento deste nível de ensino.

O ensino primário era composto por um ciclo chamado de fundamental, que tinha duração de quatro anos e um ano de preparação para os exames para entrada no curso ginasial. No currículo, havia princípios escolanovistas e deveria:

(...) atender aos interesses naturais da criança, considerar as características do meio ambiente, desenvolver o espírito de cooperação e o sentimento de solidariedade social, revelar tendências e aptidões do educando. (CUNHA, 1981, p. 134)

Entretanto, a utilização da metodologia escolanovista no ensino primário conflita com a metodologia tradicionalista do ensino ginasial, o que representava uma disformidade entre ensino primário e os demais níveis de ensino.

O currículo do ensino fundamental deveria seguir as diretrizes impostas pelo Ministério da Educação, que estabelecia currículos mínimos para as escolas e também deveria haver um espaço para o aprendizado das diversidades regionais (ROMANELLI, 1991 p. 89 CUNHA, 1999, p. 68). Já o método avaliativo deveria levar em consideração o rendimento do aluno durante todo o período de estudo.

Quanto à administração, estados e o distrito federal deveriam ter autonomia para legislar sobre as necessidades escolares, tais como: construção, corpo docente, matrícula, freqüência, administração interna, órgãos

técnicos, etc. Entretanto, o problema maior da educação era o fator social, que impedia com que muitos brasileiros tivessem acesso às escolas.

Se tomarmos por base a situação atual do ensino primário em relação a essas condições, não está difícil concluir que as exigências da Lei Orgânica do Ensino Primário de 1946 estavam muito além das possibilidades dos sistemas estaduais. Ainda que os estados tivessem maiores dotações orçamentárias para o setor educacional, seria impossível enfrentar, por exemplo, o problema do analfabetismo, de proporções e causas que extrapolavam o âmbito de responsabilidade da área de educação. (CUNHA, 1981, p. 135)

As escolas de ensino primário eram divididas em escolas isoladas (uma turma), escolas reunidas (duas a quatro turmas), grupo escolar (mais de cinco turmas) e escola supletiva destinada a jovens e adultos analfabetos e sem limite de turmas.

Ainda de acordo com a Lei, este nível de ensino deveria ter relação com o contexto da criança, o ensino deveria ser desenvolvido de acordo com os interesses da infância e desenvolver aptidões, cooperação e princípios de solidariedade. (ROMANELLI, 1991)

Quanto ao financiamento, em novembro de 1942 foi assinado o Decreto-Lei no. 4958, que estabelecia o Fundo Nacional de Educação Primária, este fundo funcionaria como um auxílio do Governo Federal aos estados. Esta decisão foi tomada pelo fato do ministro Capanema julgar que os estados não tinham condições financeiras suficientes para financiar o ensino primário sem um auxílio extra. A renda desse fundo seria proveniente de tributos federais a serem criados pelo governo federal. Em 1944, o Decreto-Lei no. 6785 estabelecia um adicional de 5% sobre os impostos do consumo de bebidas alcoólicas a serem destinadas ao Fundo Nacional de Educação Primária. (CUNHA, 1981, p. 54)

A quinta Lei Orgânica foi assinada em janeiro de 1946 e estabelecia as normas para o Ensino Normal. De acordo com esta lei, o curso deveria ser dividido em dois ciclos: um de quatro anos para formar regente e um de três anos para formar professores do ensino primário. Esse curso era oferecido por três estabelecimentos distintos: curso normal regional, destinado a professores do primeiro ciclo; escola normal, para ambos os ciclos e instituto de educação, para os dois ciclos, especialização e gestão. Uma curiosidade deste curso é que maiores de 25 anos de idade não podiam cursá-lo. (CUNHA, 1981, p. 72)

A sexta Lei Orgânica do Ensino Agrícola foi regulamentada pelo Decreto-Lei no. 9613 e estabelecia entre outras coisas, o funcionamento do curso em dois ciclos, sendo que um deles tinha caráter técnico.

No período Capanema não houve uma lei orgânica sobre o ensino superior. Entretanto, houve o Decreto-Lei no. 421 de maio de 1938, que regulamentava as instituições que ofereciam curso superior e as que pretendiam abrir tais cursos. Para que uma instituição conseguisse autorização para oferecer curso superior era necessário cumprir uma série de requisitos sobre infra-estrutura e os cursos deveriam atender a demanda do mercado de trabalho e cultural. Essas autorizações não eram definitivas e as instituições passavam por constantes fiscalizações do Conselho Nacional de Educação. (ROMANELLI, 1999, p. 97)

Entre os anos 1932 e 1946, o número de matriculados no ensino superior sofreu um aumento significativo, sendo que os cursos mais requisitados eram: Ciências Econômicas, Direito, Engenharia, Filosofia e Medicina. (CUNHA, 1881, p. 89)

Já entre os anos 1934 e 1935, foram criadas importantes universidades, como: Universidade de São Paulo, a primeira a ter a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, Universidade do Distrito Federal, criada por Anísio Teixeira e teve curta duração, em 1939 foi incorporada pela Universidade do Brasil e a Universidade de Porto Alegre, a primeira a ter a Faculdade de Estudos Econômicos. A partir deste período começaram a surgir mais universidades no Brasil, tanto públicas quanto particulares. (CUNHA, 1981, p. 93)

De acordo com ROMANELLI (1991), a educação brasileira acompanhou o desenvolvimento econômico. A economia cria exigências para as práticas educativas. Além disso, as regiões mais desenvolvidas economicamente apresentavam índices mais elevados de desenvolvimento educacional.

(...) a escola brasileira evoluiu também em função dos papéis que lhe reconhecia a economia. Pelo menos enquanto perdurou a economia exportadora agrícola, com base em fatores arcaicos de produção, a escola não foi chamada a exercer qualquer papel importante na formação de quadros e qualificação de recursos humanos, permanecendo como agente de educação para o ócio ou de preparação para as carreiras liberais. As relações entre o modelo econômico e o modelo educativo, nessa fase, não podiam ser medido em termos de defasagem, porque, então, a educação escolar carecia de função importante a desempenhar junto à economia.(ROMANELLI, 1991, p.55)

A partir da década de 40, a educação brasileira passou por uma considerável expansão, assim como na economia. Entretanto, mesmo expandindo, o ensino não conseguia abranger toda a demanda que buscava por uma vaga na escola, sendo que as poucas vagas eram ocupadas em grande parte pela elite nacional e não pela população mais pobre e marginalizada do processo econômico e conseqüentemente, do processo educacional.

3 - O município de Campinas: contexto político e sócio econômico no período de 1930 a 1945.

Em 1722, tiveram início os primeiros movimentos populacionais que passavam pelo “Caminho dos Goíases” em direção à região do Mato Grosso em busca de minérios. Por volta de 1730, o Caminho tornou-se um bairro, conhecido como Campinas do Mato Grosso de Jundiaí e contava com cerca de 300 moradores. A partir da chegada de Francisco Barreto Leme, entre 1739 e 1744, a população começou a aumentar.

A fundação oficial da cidade é datada em 14 de julho de 1774, por Francisco Barreto Leme, data em que foi celebrada a primeira missa na primeira capela construída na cidade, celebrada pelo Frei Antônio de Pádua. Nessa época, a pequena vila era chamada de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiaí. (BATTISTONI FILHO, 1996 p. 10)

Na segunda metade do século XVIII, muitos fazendeiros vieram povoar Campinas e cultivar a de cana-de-açúcar. Essas plantações e os engenhos de açúcar utilizavam mão-de-obra escrava e, ainda no final desse século essa cultura havia se expandido pela região:

É preciso evidenciar que alguns fatores concorreram para a implantação da indústria açucareira na região, como: as grandes reservas florestais que fornecia as lenhas para as fornalhas dos engenhos (...). A região, como lembramos anteriormente, oferecia grandes recursos d'água para movimentar a moenda, como proporcionar a água para os animais necessários aos engenhos e para o transporte. (BATTISTONI FILHO, 1996, p. 14)

Em 1797, a Freguesia tornou-se Vila de São Paulo. Já nessa época, notava-se preocupação com a educação dos filhos dos grandes produtores.

Em 1803, chega à vila Diogo Antonio Feijó, sub diácono que veio para essas terras com o objetivo de atuar como professor. Soube-se que suas aulas eram poucas e que em 1812 ele lecionava latim e passou a lecionar também francês, retórica e lógica.

A partir de 1835, a plantação de cana-de-açúcar passou a dar lugar às lavouras cafeeiras. Produto que se expandia pelo Brasil e pelo mundo e que encontrou nas terras campineiras um solo fértil para se desenvolver. A plantação e colheita de café ainda eram realizadas por mão de obra escrava. No ano de 1842, a então vila torna-se Cidade de Campinas. (BATTISTONI FILHO, 1996)

Em 1842, foi a vez do comércio se desenvolver na região de Campinas. O comércio campineiro, famoso nas regiões adjacentes, possuía relações fundamentais com as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Santos, importantes centros comerciais do país. Muitos comerciantes vinham de outros países para aqui instalarem seus comércios. Essa ascensão obteve um retrocesso em 1889, quando um surto de febre amarela arrasou a cidade, fazendo com que muitos migrassem para outras regiões.

Diante do levantamento histórico da cidade, considerou-se como principais marcos, de acordo com BATTISTONO FILHO (1996):

1722 – Fundação da Cidade;

1797 a 1842 – Desenvolvimento da agricultura de cana-de-açúcar;

1842 a 1888 – Desenvolvimento da agricultura de Café;

1889 a 1897 – Epidemia de febre amarela;

1897 a 1930 – Desenvolvimento Industrial e Modernização da Cidade.

Em 1930, com a crise do café, decorrente da quebra da bolsa de Nova York, os produtos primários tivessem seus preços desvalorizados no mercado mundial, representando assim uma crise no sistema capitalista de produção. Houve um incentivo à industrialização no país e Campinas começou a se desenvolver industrialmente. Com a mudança da economia para indústria surge a necessidade de modernizações e de planos urbanísticos para a cidade, pois essa estava deixando de ser rural e iniciava-se na urbanização.

A indústria têxtil também teve amplo desempenho em Campinas, estimulado principalmente pela grande quantidade de algodão que havia plantado na região.

De volta a questão da urbanização, na década de 30, de acordo com BATTISTONI FILHO⁷ houve no município de Campinas um movimento entre os Rotaryanos, dentre eles o Doutor Carlos Stevenson de apoio a uma reforma urbanística da cidade. De acordo com BADARÓ (1996), esta Reforma esteve pautada em três fatores: econômico, que possui relação com a industrialização da cidade, a febre amarela, uma questão de saúde pública e a significação cultural, visto que a população tinha um forte caráter bairrista. A Reforma Urbanística de Campinas teve seu desenvolvimento sob a supervisão de Prestes Maia, contratado em 1934. Entretanto, o Plano de Melhoramentos Urbanos só foi aprovado em 1938, isto porque:

O desenvolvimento do trabalho segue sua marcha condicionada pelo momento político nacional que influenciava a vida do município, quer interferindo na sua organização, quer acenando com possíveis

modificações na legislação de modo a ampliar os seus poderes em matéria de expropriação e tributação.⁸

A modernização do município previa o alargamento de avenidas, de ruas e avenidas e construções de bairros ao redor das fábricas e de casas verticalizadas.

Desde sua criação, a população de Campinas foi sofrendo significativos aumentos, sendo que apenas no período de 1889 – 1897, a população sofreu uma queda devido à epidemia de febre amarela que assolou a cidade.

Tabela 1 – Evolução histórica da população de Campinas (1798 – 2009)

Ano	No. de habitantes
1798	2184
1920	115.602
1960	179.797
1970	328.629
1980	664.356
1990	850.000
2009	1.064.669

De acordo com os dados apresentados vemos que a partir da década de 60 do século passado a população foi sofrendo grande aumento. A partir da década de 30, o aumento significativo da população também foi decorrente da vinda de migrantes e imigrantes europeus, que aqui se instalavam para trabalhar nas indústrias que se desenvolviam na região.

⁸ Badaró, op. Cit.

4 - A educação no município de Campinas

O ensino em Campinas se desenvolveu com a chegada dos grandes proprietários rurais. Quanto ao ensino propriamente dito, em 1835, foram contabilizados alguns estabelecimentos particulares e um público que contava com 33 alunos matriculados. Em 1838, com uma população de 6.689 habitantes, apenas 205 sabiam ler e escrever. Quando a vila se elevou à categoria de cidade surgiram os primeiros internatos. (SOUZA, 1999, p.89)

Segundo Badaró (1996, p. 37):

Expressivo fato da história educacional campineira foi a fundação, em 1874, do Colégio “Culto à Ciência” um dos mais tradicionais do Brasil. Sua fundação está ligada a fase de grande desenvolvimento econômico pela qual passa a cidade. Conseqüentemente, sua população, por demais exigente, clamava por melhorias, especialmente no ensino.⁹

Em 1897, foi inaugurado o Grupo Escolar Francisco Glicério, o primeiro Grupo Escolar da cidade. A criação deste grupo representou a difusão do ensino primário no município. A partir do Grupo Escolar Francisco Glicério, foram criados outros, tais como: Grupo Escolar Dr. Quirino dos Santos, em 1900, Grupo Escolar Artur Segurado, em 1910, Grupo Escolar Orozimbo Maia, em 1923, Grupo Escolar Castorina Cavalheiro, Grupo Escolar Dom Barreto, Grupo Escolar Antonio Vilela Junior, Grupo Escolar Dom Néri, Grupo Escolar João Lourenço Rodrigues, Grupo Escolar Professor Artur Segurado e Grupo Escolar Correa de Melo. (MARIANO, 1952).

A constituição dos Grupos Escolares em Campinas ocorreu a partir de uma política estadual, que determinava construções próprias e o funcionamento com quatro anos de duração para cada aluno. Nas escolas

⁹ Badaró op. Cit.

reunidas e isoladas, a duração era menor, de três anos. Em 1920, a Reforma Sampaio Dória modificou a duração do ensino; o curso primário passou a ter duração de três anos e ser destinada a crianças com idade entre 9 e 10 anos. Entretanto, em 1925, os grupos escolares voltaram a ter a mesma duração que tinham antes da Reforma.

SOUZA (1999) nos mostra que a clientela atendida nos Grupos Escolares entre as décadas de 20 e 30, além de ser formada pela camada elite da sociedade, também era formada por comerciantes, filhos de operários, ferroviários e há registros da presença de negros em alguns grupos.

Nas atas da Câmara Municipal de Campinas durante o período estudado, pouco se fala sobre a educação e menos ainda a respeito das leis implementadas durante a Primeira Era Vargas, cujos ministros foram Francisco Campos e Gustavo Capanema.

Dentre os documentos analisados nas Atas, muitos registram doação de terrenos para construção de escolas, e nomeações de diretores e professores. Mas uma das leis que nos chama atenção referia-se a revogação da premiação aos alunos do curso de Gymnasio do Estado de São Paulo e da Escola Normal, além da subvenção do Clube Campineiro de Regatas e Natação, subvenção ao ponto de montar o Jockey Clube de Campinas e Auxílio à Corporação Musical União Operária de Cosmópolis. Na Lei não são citados os motivos das premiações e nem os motivos de sua revogação.

A Lei n. 482, de 1930 se refere a uma aprovação da Câmara Municipal de Campinas sobre a transferência da escola do bairro do Hippodromo para o bairro do Bonfim e não há referências a respeito dos motivos dessa transferência na legislação e nem nos jornais que circulavam na época.

Nas atas constam ainda os gastos obtidos no Grupo Escolar Ferreira Penteado e Grupo Escolar Corrêa de Mello. Os principais gastos são com pessoal e professores, também são contabilizados os gastos com material cirúrgico e transporte, já que nessa época educação e saúde eram ligadas. Só com os professores da Escola Ferreira Penteado eram gastos 12:660\$000 contos de réis e com a Escola Corrêa de Melo o gasto era ainda maior, sendo 23.920\$000 contos de réis.

Um Decreto publicado em 1930 se referia ao dever do Município em criar escolas e difundir o ensino municipal; Assinado pelo então prefeito Orozimbo Maia, o Decreto foi deferido pela Lei no. 1.038 no seu 38º artigo, dá início à municipalização do ensino em Campinas. Já em 21 de agosto de 1931, o Decreto no. 22 assume como responsabilidade nos padrões orçamentários do município, criar escolas para instrução primária. Este decreto também prevê acomodações para as escolas e residência dos professores, o que nos faz entender sugere que o município se responsabilizava para que os professores vivessem próximos às escolas em que atuavam.

Em 1934, foi publicada na Ata da Câmara dos Vereadores do Município o Regulamento para as classes e horários para dos Grupos Ferreira Penteado e Corrêa de Melo. De acordo com este regulamento, o Grupo Corrêa de Melo teria três classes masculinas. Três classes femininas no período da tarde e duas classes masculinas no período noturno, destinadas a alunos maiores de 14 anos de idade. Já a escola Ferreira Penteado funcionaria com uma classe masculina no período da manhã e uma feminina no período da tarde. Os alunos deveriam apresentar um documento que comprovasse a habilitação para fazer tal curso, habilitação esta que, de acordo com CUNHA (1981) e

ROMANELLI (1991), os alunos tinham que passar por um teste de admissão para serem aceitos nos Ginásios. Esse teste era feito por inspetores escolares (SANTOS 2007).

Ainda de acordo com esse regulamento mencionado, são deveres do professor estipuladas em seu artigo 3º:

- a) Comparecer e assinar o ponto 10 minutos antes do início do trabalho;
- b) Permanecer em sala de aula até o fim do período escolar e, em caso de retirada por motivo imperioso, registrar o afastamento no livro de ponto, mencionando a hora da saída;
- c) Fazer toda a escripturação da sua classe de acordo com as recomendações do inspetor das escolas municipais;
- d) Justificar as faltas dadas por meio de declarações lançadas no livro de ponto;
- e) Representar à autoridade escolar, por escrito, ou verbalmente, sobre tudo que diga respeito ao regular funcionamento de sua classe;
- f) Manter a disciplina em sua classe e evitar que seus alunos perturbem o regular funcionamento das outras;
- g) Não abandonar a classe, mesmo em período de recreio;
- h) Adotar os métodos e processos de ensino aconselhados pela autoridade escolar ou por ela permitidos;
- i) Aplicar aos alunos a penalidade de sua alçada, registrando-as no livro de chamada;
- j) Enviar no primeiro dia de cada mês ao inspetor das escolas o boletim relativo ao mês anterior;
- k) Acatar todas as recomendações da autoridade escolar feita a bem da ordem e no interesse do ensino. (Ata da Câmara dos Vereadores do Município de Campinas, 1933, 6)

De acordo com estas normas, podemos constatar a existência de uma grande preocupação da educação com relação ao comportamento dos professores e alunos e não com a metodologia ou saberes que o professor deveria apresentar aos alunos.

No Decreto no. 81 de 30 de janeiro de 1934, assinado pelo então prefeito Perceu Leite de Barros foi reorganizado o ensino primário. No Artigo 2º fica estabelecido a criação de escolas mistas rurais construídas de acordo com a demanda e a verba disponível. No Artigo 3º estabeleceu-se a criação de escolas de alfabetização em bairros de operários, com curso noturno e,

também determinou-se a freqüência com que esse curso deveria ser desenvolvido. Na escola Corrêa de Melo, onde também são oferecidos cursos de alfabetização, estes são divididos em masculinos e femininos. O artigo 6º estabeleceu que as escolas rurais deveriam seguir o disposto no Decreto 6.461 de maio de 1934, que seguia orientações do Governo Estadual. No artigo 7º fica disposto que as vagas da escola Corrêa de Melo, Ferreira Penteado e escolas rurais, deveriam ser supridas após concurso de remoção, mais uma vez determinado pelo governo estadual. Já no artigo 8º estabeleceu-se que as permutas entre professores não deveriam ocorrer entre escolas rurais e escolas da cidade. Revelando assim a pouca flexibilidade do governo. No artigo 9º estabeleceu-se os vencimentos dos professores:

Tabela 2 – Vencimento dos professores

a)“Até 3 anos de efetivo exercício	225\$000 mensais
b) De 3 a 6 anos de efetivo exercício	250\$000 mensais
c) De 6 a 9 anos de exercício efetivo	275\$000 mensais
d) De 9 a 12 anos de exercício efetivo	300\$000 mensais
e) De 12 a 15 anos de exercício efetivo	325\$000 mensais
f) De mais de 15 anos de exercício efetivo	350\$000 mensais”

Ata da Câmara Municipal de Campinas, 1934, p. 40

Em 1935, o Decreto no. 110, estabelece a nomeação dos professores para os cursos de alfabetização. Já o Decreto no. 111, do mesmo ano, criou as escolas de alfabetização em Cosmópolis, assim como em seu 2º artigo, estabeleceu que as verbas destinadas a esse curso seriam provenientes da Instrução Pública, verba destinada a fins educativos. O Decreto no. 113 criou o cargo de Diretor da escola Corrêa de Melo, que deveria ser exercido por um

dos professores da escola. Como atribuições, esse diretor deveria passar pela escola diariamente em período contrário às suas aulas e deveria levar à Delegacia de Ensino o que ultrapassasse a sua competência. O Decreto no. 114, menos relevante para esta pesquisa, nomeia o professor Octavio Baldo para lecionar no curso noturno de Cosmópolis. Já o Decreto no. 115 nomeou o diretor para as classes masculinas da Escola Corrêa de Melo. O Decreto no. 120 aposentou o professor Luiz Cerqueira Monteiro e os vencimentos anuais de sua aposentadoria chegava a 7:080\$000.

Nos artigos 4º e 5º das Nomeações, Remoções e Permuta de professores, ficam estabelecidos que as escolas rurais deveriam se localizar distantes da cidade e não serem beneficiadas por escolas do Estado e ficou estabelecido que em alguns casos poderiam ser mudadas para a cidade, por conta das acomodações dos professores. No artigo 6º estabeleceu-se que o provimento das escolas rurais seria feito de acordo com o decreto no. 6461, de 1934 do Governo do Estado. De acordo com o artigo 7º, as vagas para as escolas Ferreira Penteado, Correia de Melo e escolas rurais seriam preenchidas de acordo com o concurso de remoção estabelecido pelo governo estadual. Ainda seguindo essa lei, os vencimentos dos professores seriam realizados conforme o período de efetividade.

Em 1936, o decreto no. 156 determina a criação de mais quatro escolas noturnas de alfabetização, uma voltada para o sexo masculino a ser localizado em Valinhos, uma criada na Escola Estadual de Cosmópolis, uma no Grupo Escolar do Taquaral e outro no 6º Grupo Escolar, localizado no bairro Ponte Preta. O Decreto no. 158 nomeia os professores para atuarem nos cursos noturnos criados pelo Decreto n. 156. São três professores, destes um será

dirigido à classe masculina e duas professoras foram nomeadas para as escolas mistas. Já o decreto no. 159 estabelece a exoneração do senhor Sebastião Ribeiro que ocupava o cargo de professor e diretor da escola Correa de Mello, em seu lugar entraria o professor Israel Alves Sobrinho, do Guanabara e no lugar deste, entraria Hermínio de Oliveira e Souza. Neste decreto não se revela o motivo da exoneração. No Decreto no. 164 nomeia dona Laura da Rocha Almeida como regente da Comissão do Curso Noturno Mixto de Alfabetização do bairro Taquaral. (p.19). Na página 59 da Ata deste mesmo ano, apresentam-se os gastos com a educação:

1- Pessoal	128:380\$000
2- Material: Didático e de Consumo	10:000\$000
3- Locação de Prédios Escolares	6:780\$000
4- Construção do Grupo Escolar do Bairro São Bernardo	100:000\$000
5- Subvenção para manutenção de escolas:	
a) Externato São João	7:200\$000
b) Sociedade Amiga dos Pobres	2:000\$000
c) Assistência Dentária Escolar	1:200\$000
d) Orphanato N. S. do Calvário	6:000\$000
e) Instituto Campineiro de Cegos Trabalhadores	3:000\$000
f) Patron. S. Francisco	1:500\$000

(Ata da Câmara Municipal de Campinas, 1936, p. 59)

Essa tabela nos mostra o grande gasto com educação e grande gasto com assistência social e não com a educação.

Já em 1937, período em que tinha início o Estado Novo, não há registro de nenhuma legislação educacional. Talvez isso possa ser explicado pela atenção do governo municipal estar totalmente voltada a este Golpe de Estado que levaria Vargas a permanecer no poder por mais nove anos, veremos esses dados no 5º capítulo.

Em 1938, é criado pelo prefeito João Alves dos Santos, a Diretoria Municipal de Educação e Saúde. Este órgão municipal era dividido em Inspeção Sanitária, Assistência, Inspeção de Administração Pública, Mercado, Matadouro, Cemitério, Museu de História Nacional e Instrução Pública. Analisamos que essa diretoria era bem abrangente e pouco espaço foi destinado de fato à educação. Para compor essa diretoria eram necessários os cargos de Diretor Médico, Inspetor Médico Sanitário, Escriba de 3ª, Continuo de 3ª, três Guardas Sanitários. Já na Assistência, foram contratados três enfermeiros de 3ª e um motorista. Em agosto desse mesmo ano a diretoria é extinta pelo Ato no. 129, devido ao alto custo que causava ao município, que ainda carregava o resultado da crise de 1929. Mas cabe analisar a forte relação que educação e saúde tinham na época, ligação essa representada pelo próprio Estado com a criação de um Ministério da Educação e Saúde, ou seja, são políticas que possuem caráter higienista, que era uma tendência da época. De acordo com BRAGA (2007), no final do século XIX e início do século XX, a escola passou a ter papel central para os médicos higienistas que tinham como objetivo a higienização social. Eles queriam transformar a escola em um espaço de saúde e de difusão dos preceitos higiênicos.

O Ato no. 104 transformou a escola Corrêa de Melo em Grupo Escolar. Além disso, criou-se mais uma classe neste Grupo aumentando de 7 para 8 classes. A verba destinada a essa mudança seria proveniente dos recursos recolhidos em 1938. No Ato no. 121 mudaram as escolas mistas rurais da Usina Jaguarí e do Bairro de Parí, por conta da falta de alunos, falta de casas para receberem as escolas e falta de moradia de professores. De acordo com este Ato, a escola mista rural de Juagarí passaria a funcionar no bairro Nova Campinas, em Cosmópolis; a escola mista e rural do bairro Jaguarí passaria para o Bairro Cachoeira, também em Cosmópolis, já o curso noturno feminino passaria do Bairro Itapavessú, para funcionar na escola Ferreira Penteado.

Em 1939 foram anunciado na Ata da Câmara Municipal os gastos obtidos com a educação:

b) Material	
Despesa de Capital:	
Material de uso permanente	800\$000
Diversas despesas:	
Material de consumo	3:200\$000
Verba no 16 – Instrução Pública	
I – Escolas Municipais	
a) Pessoal - Vencimentos	
Dos Quadros:	
De Diretor do Grupo Escolar C. de Melo	6:600\$000
De 21 professoras, sendo dois porteiros e 1 servente	118:460\$000
2) Contratados:	
De 11 professoras do curso noturno e porteiros	42:000\$000

De 1 encarregado do Museu de História Natural	10:800\$000
De 1 motorista de 3ª	3:120\$000
De 1 professora de educação física	9:600\$000
Auxílio para inspeção escolar	3:600\$000
Material: Despesa de Capital:	
Para a instalação do Museu de História Natural (móveis e diversos)	20:000\$000
Para construção de prédios escolares e despesas imprevistas	54:550\$000
Diversas Despesas:	
a) Para material didático e de consumo	15:000\$000
b) Locações de prédios escolares	6:760\$000
Escolas Subvencionadas:	
Externato São João	7:200\$000
Sociedade Amiga dos Pobres	4:000\$000
Associação Dentária Escolar	3:000\$000
Orfanato N. Senhora do Calvário	8:000\$000
Instituto dos Cegos Trabalhadores	3:600\$000
Patronato São Francisco	3:000\$000
Assistência Dentária e Caixa Escolar Beneficente do Curso Anexo á Escola Normal	1:000\$000
Assistência Dentária Gratuita da Faculdade de Farmácia e Odontologia	6:000\$000
Serviço de Fiscalização a cargo do Juiz de Menores	10:800\$000
Jardim de Infância Noêmia Asbarh	2:400\$000

(Ata da Câmara Municipal de Campinas de 1939)

Nessa tabela nota-se o aumento do gasto com construções escolares, com aumento das instituições educacionais financiadas pelo município, como o Jardim de Infância Noêmia Asbarh e com órgãos de caráter assistencialistas, como Assistência Dentária. O que não se mostra nas tabelas de valores gastos com a educação é o investimento nos Grupos Escolares, o que podemos notar que estes gastos eram provenientes do estado de São Paulo.

Segundo SOUZA & FARIA FILHO (2005), a partir do período da década de 30 surgiram os materiais didáticos. De acordo com NORONHA, (2010) no período abordado neste estudo havia o uso de materiais didáticos, como os manuais escolares. Segundo esta pesquisa, há na biblioteca Municipal “Prof. Ernesto Manoel Zink, registros desses manuais utilizados para ensino das crianças que freqüentavam Grupos Escolares.

Antes de utilizar esse material, as lições eram passadas pelos professores nos cadernos dos alunos, mas a partir de 1910¹⁰ houve a introdução desses materiais como forma de auxiliar professores e alunos no processo de ensino aprendizagem. A crescente utilização desse material a partir do início do século XX pode ter surgido a partir da idéia de modernização do ensino que veio com a construção dos Grupos Escolares e se intensificou a partir da década de 30.

A adaptação do material pedagógico aos princípios da racionalidade científica passou a exigir a produção de um material pedagógico diferenciado, baseado no livro do aluno e no livro do professor tendo como foco o planejamento a partir de objetivos operacionais, em conteúdos fragmentados, no ensino programado e na adoção de provas objetivas visando uma maior eficiência do/no ensino tendo como meta final a economia de tempo, esforços e custos.” (NORONHA, 2010, p. 34)

¹⁰ Data em que foram encontrados os primeiros manuais escolares no município de Campinas.

Comparando-se as despesas de 1936 com as despesas de 1939, percebe-se um aumento no investimento em educação e cultura, como a criação de novas escolas e a construção do Museu de História Natural. Com material didático e de consumo, houve um aumento de 5:000\$000 contos de réis, comparado ao ano de 1936. No aluguel de imóveis para o funcionamento das escolas houve uma ligeira diminuição dos recursos. A verba para o Externato São João se manteve. Entretanto a verba para a Sociedade Amiga dos Pobres, aumentou em 200:000\$000 contos de réis. Já a Associação dentária escolar, aumentou em 1:800\$00 acrescentando Assistência Dentária e Caixa Escolar Beneficente do Curso Anexo à Escola Normal e Assistência Dentária Gratuita da Faculdade de Farmácia e Odontologia, o que mostra um aumento de verba de 7:000\$000 contos de réis. A verba para o Orphabato N. senhora do Calvário também aumentou e 200:000\$000 contos de réis. Em contrapartida, o auxílio destinado a Associação dos Cegos Trabalhadores diminuiu em 600\$000 contos de réis. O auxílio ao Patronato São Francisco duplicou, passando de 1:500\$000 contos de réis para 3:000\$000 contos de réis o aumento de investimento no setor educacional, social e cultural, pode ser explicado pela recuperação do país pós Crise de 1929, pois a partir de então o país passou a industrializar-se e com isso houve o aumento da renda interna. Em 1940, não houve nenhum Decreto que se referisse à educação. Entretanto, em 1941 o Decreto Lei no. 122, abria crédito especial para pagamento de professores substitutos. O valor desse crédito especial era de 15:000\$000 contos de réis para pagamento aos professores substitutos em exercício. Esse dado nos mostra que estava havendo algum problema com os professores fixos, caso contrário não seria necessário a contratação de professores

substitutos. Nas leis estes dados não foram encontrados, talvez se encontrem em arquivos escolares, o que não se propõe essa pesquisa.

O próximo Decreto significativo referente à educação saiu apenas em 1943. Número 58 do referido ano, este decreto dispunha sobre a participação do município no Convênio Nacional do Ensino Primário. O Convênio era realizado pelo estado de São Paulo e todos os municípios deveriam participar. Em 1944 foi promulgado o Decreto –Lei no. 245, o qual aprova o Convênio e o Estado e seus municípios deveriam ampliarem e melhorarem o sistema educacional primário, este Convênio se refere ao decreto-lei no. 13.732 de dezembro de 1943. Outro Decreto-lei publicado neste ano referia-se às escolas reunidas noturnas Correia de Melo. De acordo com o primeiro artigo, as escolas reunidas noturnas passariam a se chamar Curso Popular Noturno Correia de Melo, funcionado em nível de 1º e 2º grau. Para que esse curso obtivesse sucesso, este decreto lei determina algumas orientações que o diretor deveria seguir, tais como: cumprir e fazer cumprir as leis referentes ao ensino, distribuir os professores, matricular e eliminar os alunos quando necessário, chegar 15 minutos mais cedo e ser o último a sair, reunir os professores para avaliarem o desempenho pedagógico dos alunos, punir caso haja não cumprimento do regimento escolar, entre outras coisas. Ainda neste ano, o decreto-lei no. 266 estabelece que a escola mista do bairro do Parí, seria transformada em escola masculina e seria transferida para o Instituto de Menores.

Já em 1945, período em que estava em cena um processo de transição do Governo Federal, não foi encontrada nenhuma legislação sobre educação.

As transformações sofridas pelo ensino primário, principalmente no município analisado, eram esporádicas. As leis que constam nas Atas da Câmara Municipal de Campinas, nos mostra que o município não se mostrava tão preocupado com este de nível de ensino e principalmente e não dava as devidas orientações educacionais que deveria dar, visto que a grande maioria das leis que se encontra no período da primeira Era Vargas refere-se à nomeação de professores e diretores, mudança de horários e turmas da Escola Corrêa de Melo e ao investimento neste setor. Como podemos ver, até então as mudanças assinadas pelo ministro Gustavo Capanema não haviam chegado ainda ao interior de São Paulo, o que quer dizer que o município não tinha autonomia para legislar sobre a educação, ou que a evolução educacional não era prioritária pelo governo

4.1 – O que a imprensa divulgava a respeito da educação em Campinas

Esse item foi incluído devido à importância de se obter informações não apenas em dados oficiais, mas de saber o que a imprensa estava pensando a respeito da educação.

Em artigo publicado pelo jornal Diário do Povo em 1946, havia um importante espaço destinado ao Colégio Culto a Ciência em razão da comemoração do cinquentenário do Colégio. Nascido com o objetivo da aristocracia rural, de ter um estabelecimento de ensino primário para aumentar a relação de ensino entre os moradores da região, desde que tivessem grandes porções de terra. Num segundo momento o Colégio que abrigava o ensino primário, tornou-se Ginásio, atendendo assim outra parte da população.

Em setembro de 1939, surge uma defesa ao professor primário, visto que diretores, inspetores e delegados haviam sido premiados pelo Governo do Estado. Segundo Dr. Anphilophio Melo, 1939, autor do artigo, publicado em 05 de setembro na página 2 do jornal Diário do Povo, são os professores do ensino primário que deveriam receber uma honraria e até um aumento em seus vencimentos, já que muitas vezes trabalham em condições ruins, mas sempre exercendo seus papéis de professores.

No Jornal Correio Popular também eram divulgadas as provas para admissão de professores no curso primário. Eram publicados nos jornais locais os afastamentos de cargos e as vagas para repô-los. Já naquela época (1942), os estabelecimentos particulares de ensino requeriam isenção da taxa de impostos e em troca ofereciam vagas gratuitas para quem não tivesse condição

de pagar pelo ensino. Mais um elemento da história educacional brasileira que permanece até os dias atuais.

5 - Considerações Finais

Para finalizar podemos começar a partir da análise de que os resultados obtidos não foram os resultados esperados, visto que esperávamos encontrar nas Atas da Câmara Municipal de Campinas indícios das leis federais implementadas no período do Governo de Getúlio Vargas, como as leis implementadas em 1934 pelo então ministro da Educação e Saúde Pública Francisco Campos, que aumentava a obrigatoriedade do ensino elementar para 8 anos e depois esperava-se encontrar indícios das implantações das Leis Orgânicas do Ensino Primário, elaborada pelo então ministro Gustavo Capanema, essa lei que determinava entre outras coisas a autonomia de estados e distrito federal para legislar sobre o ensino primário, apesar de ter sido elaborada na Gestão de Capanema, só foi assinada na Gestão Posterior, em 1946. Por este motivo não encontramos indícios desta lei no município de Campinas, já que as Atas da Câmara Municipal de Campinas foram pesquisadas até 1946.

Outro fator que podemos perceber na educação nacional, é que no período do Governo Vargas há uma abertura das escolas públicas, destinadas não só a elite do país (em Campinas há registros de negros que freqüentaram os Grupos Escolares), mas também de filhos de comerciantes, ou seja, de outras camadas da sociedade. Neste período, o governo além de abrir escolas, passou inclusive a oferecer recursos financeiros às escolas primárias com a criação do Fundo Nacional de Educação Primária. Esse fato representa uma preocupação do Governo Federal com o ensino primário e a

visão de que a renda municipal ou estadual fossem insuficientes para oferecer um ensino primário com qualidade.

Entretanto, vale ressaltar que apesar de terem sido abertos muitos Grupos Escolares a partir da década de 30, a demanda por vagas ainda era muito superior à oferta, muitas crianças ainda ficaram fora da escola pela ausência de vagas e estas crianças eram provenientes das camadas baixas da população. O que revela que o ensino no período analisado ainda era elitista.

Em Campinas não foi diferente, a partir da constituição do primeiro Grupo escolar da cidade, instalado em 1897, houve um aumento na oferta de vagas para a escola primária, mas como nos mostram os jornais da época, a falta de vagas era um problema enfrentado pelo município.

Para finalizar, o que podemos constatar a partir das leituras feitas, é que no período referido havia grande preocupação com o ensino profissional, pois o sistema capitalista estava adentrando as fronteiras do Brasil, sendo o ensino primário deixado de lado, pois não representava interesses econômicos. A grande preocupação da época era formar trabalhadores para a indústria e conseqüentemente desenvolvimento econômico do país, isso tanto em âmbito federal quanto municipal.

6 - Referência Bibliográficas:

ALVES, Gilberto. "Manuais didáticos de História do Brasil no Colégio Pedro II: do Império às primeiras décadas da República".

Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/s

BADARÓ, Ricardo. Campinas, o despertar da modernidade. Campinas: Área de Publicações CMU/UNICAMP, 1996

BRAGA, Patrícia Pinto. Entre a saúde e educação: Criação e Atuação da Inspeção Médica escolar em São Paulo. Campinas [s.n.], 2007.

BATTISTONI FILHO, Duílio. Campinas uma visão histórica. Campinas, SP: Pontes, 1996.

CALADO, Silvia. FERREIRA, Silvia Cristina dos Reis. Análise de Documentos: Método de Recolha e Análise de Dados.

<http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi1/analisedocumentos.pdf> -
[acessado em 13/04/2011](#) às 10 horas da manhã.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O território do Consenso e a demarcação do perigo: política e memória do debate educacional dos anos 30. In: FREITAS, Marcos César de. Memória Intelectual da Educação Brasileira. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco/EDUSF, 1999.

CUNHA, Célio da. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. São Paulo. Cortez: Autores Associados, 1981.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930: Historiografia e história. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

GODOI, Lidiany Cristina de Oliveira. Botucatu e a expansão do ensino na Primeira República: História do Grupo Escolar Dr. Cardoso de Almeida (1895 – 1920). Campinas [s.n.], 2009.

HILSDOSF, Maria Lúcia Spedo. História da educação brasileira : leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOBBSAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991. São Paulo. Companhia das Letras:1995.

HORTA, José Silvério Baia. O hino, o sermão e a ordem do dia; regime autoritário e educação no Brasil. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ: 1994

MARIANO, Julio. O ensino em Campinas na Atualidade. In: Monografia Histórica de Campinas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1952.

MORAES, Maria Célia Marcondes. Reformas de ensino, modernização administrativa. A experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciência da Educação. Núcleo de Publicações, 2000.

NORONHA, Olinda Maria de. CONTRIBUIÇÃO PARA A HISTÓRIA E A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: os manuais escolares das bibliotecas públicas municipais de Campinas/SP (1889-1970). Relatório de Pesquisa inédito, FAPESP, 2010.

OLIVEIRA, Eliana de. Análise de Conteúdo e Pesquisa na Área de Educação. 2003. Disponível em: <http://www.pucsp.br/pos/ped/rsee/ac2003.pdf>. Acessado em 13/04/2011 às 10 hs e 30 min.

Prefeitura Municipal de Campinas. Atas da Câmara Municipal de Campinas, 1930 – 1946.

Ribeiro, Maria Luisa Santos, História da educação brasileira : a organização escolar. Campinas, SP: Autores Associados. 2000.

ROCHA, Décio. DEUSDARÁ, Bruno. Análise de Conteúdo e Análise do Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. Alea vol.7 no.2 Rio de Janeiro July/Dec. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-106X2005000200010 Acessado em 14/04/2011 às 10 horas da manhã.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da Educação no Brasil (1930/1973). Petrópolis – RJ: Vozes, 1991.

REIS, Ana Carolina G. dos. Políticas Públicas para Educação Básica e Inovação Institucional: Expansão do Ensino e Formação de Professores num Contexto Descentralizado. PIBIC, 2009.

SANTOS, Adriano Marins. O Arquivo da Escola Normal “Carlos Gomes”: Perfis e trajetórias dos alunos durante o Estado Novo. Campinas, 2007.

SAVIANI, Demerval. História das Idéias Pedagógicas no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira 1979. p. 314-415

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da Educação e Civilização. In: SAVIANI, Demerval. O legado educacional do século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

_____, FARIA FILHO, Luciano Mendes. A contribuição dos estudos sobre Grupos Escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves. Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 – 1971). Campinas, SP. Mercado das Letras, 2006.

_____. A difusão da escola primária em Campinas. In:

NASCIMENTO, Terezinha Aparecida Quaiotti Ribeiro do. Memórias da Educação: Campinas (1850 – 1960. Campinas, SP: Editora da Unicamp, Centro de Memória – Unicamp, 1999.

www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm - último acesso em 22 de maio de 2011 às 11 horas e 32 minutos.